
O Ensino de Geografia e as Adaptações Curriculares na Inclusão Escolar

Enseñanza de Geografía y Adaptaciones Curriculares en Inclusión Escolar

Geography Teaching and Curricular Adaptations in School Inclusion

Suelen Terre de Azevedo

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

E-mail: suelenterre@yahoo.com.br.

Recebido: setembro 2019 Aceito: dezembro 2019
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo – Este trabalho objetiva analisar como as adaptações curriculares na disciplina de Geografia podem contribuir para a inclusão de alunos com transtorno de aprendizagem. Neste sentido, esperamos compreender a educação inclusiva, identificando as estratégias e os procedimentos de adaptações curriculares como possibilidade de concretização do processo inclusivo e relacionar a disciplina de Geografia no processo de ensino aprendizagem da Educação Especial. A pesquisa de caráter bibliográfico compreende analisar as adaptações curriculares como possibilidade para auxiliar as dificuldades verificadas em sala de aula, adaptando-as para o bem-estar coletivo e individual dos alunos com transtornos de aprendizagem. Enfatizando especificamente a disciplina escolar de Geografia, refletindo sobre como o processo de ensino aprendizagem é relevante para os alunos com transtornos de aprendizagem e como a disciplina de Geografia pode auxiliar no processo da inclusão escolar, visto que ao compreender a realidade é possível que os alunos se identifiquem como agentes autônomos favorecendo sua inclusão escolar.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Inclusão Escolar; Educação Especial; Adaptações Curriculares

Resumen – Este artículo tiene como objetivo analizar cómo las adaptaciones curriculares en la asignatura de Geografía pueden contribuir a la inclusión de estudiantes con discapacidades de aprendizaje. En este sentido, esperamos comprender la educación inclusiva, identificando las estrategias y procedimientos de adaptaciones curriculares como una posibilidad de lograr el proceso inclusivo y relacionar la asignatura de la Geografía en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la Educación Especial. La investigación bibliográfica comprende analizar las adaptaciones curriculares como una posibilidad para ayudar a las dificultades verificadas en el aula, adaptándolas al bienestar colectivo e individual de los estudiantes con discapacidades de aprendizaje. Enfatizando específicamente la asignatura escolar de la Geografía, reflexionando sobre cómo el proceso de enseñanza-aprendizaje es relevante para los estudiantes con discapacidades de aprendizaje y cómo la asignatura de la Geografía puede ayudar en el proceso de inclusión escolar, ya que la comprensión de la realidad es posible para los estudiantes identificarse como agentes autónomos que favorecen su inclusión escolar.

Palabras-clave: Enseñanza de geografía; Inclusión escolar; Educación especial; Adaptaciones curriculares

Abstract - This article aims to analyze how curricular adaptations in geography can contribute to the inclusion of students with learning disabilities. In this sense, we hope to understand inclusive education by identifying the strategies and procedures of curricular adaptations as a possibility of achieving the inclusive process and relating the meaning of geography in the teaching-learning process of special education. Bibliographic research includes analyzing curricular adaptations as a possibility to help the difficulties verified in the classroom, adapting them to the collective and individual well-being of students with learning disabilities. Specifically emphasizing the school's geography signature, reflecting on how the teaching-learning process is relevant for students with learning disabilities and how the meaning of geography can help in the school inclusion process, as well as the understanding of the reality Students may identify themselves as autonomous agents that favor their school inclusion.

Keywords: Geography teaching; School inclusion; Special education; Curriculum Adaptations

Introdução

O tema pesquisado está ligado ao entendimento da educação inclusiva, através das adaptações curriculares voltadas para o ensino de Geografia. Este trabalho busca incentivar o debate sobre como o professor da disciplina de Geografia pode favorecer o processo de inclusão escolar. Foi definido estudar o currículo e as adaptações voltadas para a disciplina de Geografia por uma necessidade identificada no ambiente escolar, compreendendo que as aulas são segmentadas por disciplinas e os professores não possuem muitas vezes tempo hábil ou mesmo conhecimento em identificar as maneiras adequadas de incluir os alunos que possuem alguma dificuldade de aprendizagem, causada por algum transtorno de aprendizagem.

Nossa escolha em trabalhar a temática, foi motivada por verificar que devido a demanda de alunos com transtornos de aprendizagem em sala de aula, os professores já realizam estas adaptações no currículo, para que os alunos consigam acompanhar a matéria de forma mais inclusiva. A problemática evidenciada neste trabalho consiste em responder a seguinte questão: “As adaptações curriculares na disciplina de Geografia podem ser uma ferramenta que visa promover a inclusão dos alunos com transtornos de aprendizagem?”. A escolha do tema se justifica entender que as adaptações curriculares podem ser uma eficiente ferramenta para solucionar as dificuldades verificadas em sala de aula, adaptando-as para o bem-estar coletivo e individual dos alunos com transtornos de aprendizagem. O trabalho objetiva identificar as estratégias e os procedimentos de adaptações curriculares como possibilidade de concretização do processo inclusivo, relacionando a disciplina de Geografia e o processo de ensino aprendizagem na educação especial.

É válido ressaltar que dentro da política nacional de educação de inclusiva os alunos com Transtorno de Aprendizagem têm maiores dificuldade de acesso em salas de recursos e/ou atendimentos educacionais especializados nas escolas regulares. O Estado do Paraná se diferencia por incluir em seu o atendimento educacional especializado os quadros de origem neurológica, vinculados aos Transtornos Funcionais Específicos e abrangem: Distúrbios de aprendizagem (Dislexia, Disortografia, Disgrafia e Discalculia) e Transtorno do déficit de atenção e Hiperatividade (TDAH). (CEREZUELA, 2018)

Os procedimentos metodológicos estão caracterizados pelo aprofundamento bibliográfico, onde foram analisadas obras que promovem a contextualização e a compreensão da adaptação curricular no que se refere à inclusão escolar. A pesquisa bibliográfica compreende o levantamento, seleção e documentação do material já publicado sobre o assunto em estudo, tendo como fonte livros, documentos oficiais, revistas, jornais, monografias, teses, dissertações, entre outros. Neste entendimento, a pesquisa visa demonstrar a relevância da adaptação curricular na disciplina de Geografia, especificamente para os alunos que apresentam transtornos de aprendizagem, analisando se a adaptação do currículo pode ser uma ferramenta, que visa promover a inclusão efetiva de alunos com necessidades especiais de aprendizagem.

Resultados

As estratégias e os procedimentos das adaptações curriculares no processo inclusivo.

O atendimento das necessidades educativas especiais traz a reflexão sobre quais estratégias e procedimentos são os mais adequados, para que o processo inclusivo seja efetivado nas escolas. Neste sentido, esta sessão busca dialogar sobre as adaptações curriculares necessárias no ambiente escolar, sendo fundamental diferenciar as adaptações que podem ser realizadas de maneira individual pelo professor, para aquelas que devem ser de responsabilidade das instâncias superiores.

Com base na legislação e normativas brasileiras, as adaptações curriculares estão indicadas na a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Presente no artigo 59, inciso I, no qual evidenciamos que: “Os sistemas de ensino assegurarão aos

educandos necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”. Outro documento que apresenta as adequações como uma ferramenta relevante são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados pelo MEC, em 1998, onde é possível identificar o protagonismo do professor no processo inclusivo, visto as [...] estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 1998, p. 15)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, aprovadas pela Resolução nº 02 e publicadas em 2001, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, consistem em um documento que visa demonstrar e regulamentar as normas e propostas sobre a o processo educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, sobretudo através da adaptação curricular e flexibilização da organização escolar. Esta resolução também busca a democratização do ensino, no entendimento das flexibilizações e adaptações curriculares, que devem estar instrumentalizadas para que abordem os conteúdos da educação básica, através de metodologias e recursos didáticos, sendo considerado o processo avaliativo e o projeto político pedagógico da escola (BRASIL, 2001).

A reedição em 2002 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Adaptações Curriculares em Ação, documento elaborado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério de Educação (SEESP/MEC), contribui na definição do termo adequação curricular, dizendo que “[...] implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno” (BRASIL, 2002, p.33). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresentado em Brasil (2008) documento desenvolvido pela SEESP/MEC, vem abordar sobre os recursos e materiais pedagógicos para o Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), e reforça a importância da adequação curricular como meio de promover a aprendizagem inclusiva. Através destes avanços houve a criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), no art. 28, inciso II e III, que trata do Direito à Educação, determinando que os sistemas educacionais inclusivos promovam a inclusão, a fim de romper as barreiras através das adaptações determinadas de acordo com as individualidades dos alunos com deficiência” (BRASIL, 2015).

Neste entendimento, as adequações curriculares se apresentam como possibilidades para a concretização do processo inclusivo, no qual ressaltamos que tanto as de pequeno porte (não significativas), como as de grande porte (significativas) compõem fundamental importância devendo ser complementares, cada qual com sua função e especificidade.

A adaptação de currículo, é uma estratégia que possibilita ao professor uma atuação mais eficaz e diretamente relacionada com as dificuldades de aprendizagem do aluno. As modificações necessárias ao currículo regular, garantem aos alunos com necessidades especiais maior dinamismo e atendimento a todos os alunos de forma geral. Brasil (1999) aponta que, os critérios devem ser definidos a partir de como, quando e quanto o aluno deve aprender, quais formas de organização do ensino são as mais eficientes e como e quando realizar a avaliação do aluno, atendendo pressupostos de organização e eficiência.

Jacobsen (2010) enfatiza que as adaptações curriculares ocorrem em três níveis, primeiramente no domínio do projeto político pedagógico, em que são priorizados os serviços de apoio e a organização escolar. No segundo nível dentro do desenvolvimento do currículo em sala de aula, através do planejamento das atividades desenvolvidas pelo professor buscando a organização, e procedimentos metodológicos e didáticos que priorizem o envolvimento dos alunos. E por fim no terceiro nível individual, são definidas adaptações que buscam a ação do professor a partir da avaliação e o acesso ao currículo, visando o atendimento individualizado ao aluno.

Para Roquejani (2018) a educação é um direito fundamental adquirido, pois favorece a busca por outros direitos, que nem sempre estão garantidos. Deste modo, a educação inclusiva se apresenta como um meio de resistência contra a exclusão social. Nessa premissa a escola inclusiva determina sua relevância em gerar mudanças estruturais através do

ambiente escolar, refletindo em toda sociedade, e a diversidade se torna instrumento de combate das desigualdades sociais e culturais. Assim, a inclusão pode ser entendida como uma forma de inovação, desenvolvendo novas respostas didáticas que promovem a participação de todos, criando novos aspectos pedagógicos meticulosamente preparados para atender as demandas identificadas, criando alternativas de aprendizagem através de novas ações e práticas inclusivas.

A inclusão em sala de aula é percebida quando o ambiente é imerso na cultura e identidade dos alunos, favorecendo a aprendizagem autônoma. É possível verificar que:

Numa sala de aula inclusiva, a demonstração do que se espera que os alunos e alunas realizem é fundamental para garantir que a orientação do professor(a) esteja clara para todos. Quando o estudante 'vê' na prática o que o professor(a) pede para ser realizado, isto aumenta as chances de participação do aluno(a). Da mesma forma, quando o estudante recebe feedback (comentários) do professor(a) e colegas sobre o que realizou, isto o ajuda a rever sua própria aprendizagem, assim como emitir sua opinião sobre a mesma (BRASIL, 2005, p.24).

O trabalho de Brasil (2005) apresenta como possibilidades de aprendizagem os seguintes princípios: aprendizagem ativa e significativa; negociação de objetivos, prática e feedback (retroalimentação); avaliação permanente; apoio e colaboração conforme serão explanados a seguir:

Na aprendizagem ativa e significativa são evidenciadas abordagens que buscam a maior participação nas atividades educacionais de docentes, estudantes e pais/mães. Isto é, possível por meio dos métodos ativos de aprendizagem. Os objetivos consistem em promover a cooperação e capacitar os alunos, através de conhecimentos e habilidades desenvolvidas na resolução de problemas. É relevante que o docente promova em sala de aula uma participação ativa, realizando atividades e metodologias de ensino/aprendizagem inclusivas, estabelecendo conhecimentos e conteúdos que evidenciem as experiências anteriores, através de processos de revisão e práticas inovadoras (BRASIL, 2005).

Através da abordagem de negociação de objetivos, é necessário que o docente crie situações em que cada indivíduo seja capaz de realizar escolhas próprias, consistindo em definir os objetivos individuais de aprendizagem e que durante o processo possa haver uma negociação dos mesmos, para que os objetivos possam ser compartilhados com o grupo. É interessante que através da leitura, orientação e participação das atividades os alunos realizem o processo de escolhas, e que estas tenham a possibilidade de serem modificadas a cada etapa de conhecimento agregado (BRASIL, 2005).

O princípio de demonstração, prática e feedback (retroalimentação), consiste em propor modelos práticos, que garantam uma reflexão. É importante que o professor seja claro ao orientar e demonstrar quais ações são esperadas dos alunos. A realização das atividades práticas, também promovem maiores chances de participação e entendimento do conteúdo. A troca de feedback (comentários) entre estudante e professor favorece a revisão e a fixação da aprendizagem (BRASIL, 2005).

As três estratégias expostas, contribuem para a formação docente, promovendo inovação e dinamismo no trabalho escolar. Garantindo, que durante o processo de ensino/aprendizagem seja possível aplicar métodos diferentes baseados na vivência, emitindo e recebendo avaliações a cada etapa realizada. Promover modificações nas formas de ensinar é fundamental para que a inclusão possa ser efetivada.

De acordo com Mantoan (2008, p.79):

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo alibi para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. E uma verdadeira preparação começa com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais. Nesse processo a responsabilidade é de todos, principalmente das autoridades responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais.

A avaliação permanente, confere uma abordagem que busca investigar e refletir sobre a aprendizagem. É importante que sejam estabelecidos objetivos, para que o progresso seja continuamente avaliado, fazendo com que o aluno e o professor estejam informados sobre o que foi assimilado em cada fase de escolarização. Este acompanhamento regular, visa garantir que a prática pedagógica seja constantemente melhorada, e que o professor tenha uma participação ativa no processo de aprendizagem. Deste modo, a avaliação permanente possibilita identificar quais alterações devem ser realizadas além de garantir uma aprendizagem inclusiva (BRASIL, 2005).

Durante o processo de avaliação continuada, é importante o apoio e a colaboração incentivando as abordagens alternativas que garantam a inclusão, baseada no apoio, sendo fundamental no processo escolar e nas atividades realizadas em sala de aula. Como a resolução de tarefas promove tensão no processo de aprendizagem, o apoio entre os pares garante que cada indivíduo seja responsável e colabore com os resultados de maneira coletiva. O apoio e a colaboração favorecem a aprendizagem, buscando incentivar a superação de desafios, a inovação, o fato de se sentirem amparados garantindo o acompanhamento e o desenvolvimento de estratégias e práticas inclusivas (BRASIL, 2005).

É importante que o professor busque uma boa formação para que tenha condições de elaborar meios de promover a inclusão. Conforme as abordagens propostas por Brasil (2005) estão atreladas na busca e, promover a aprendizagem ativa e significativa, a negociação de objetivos, prática e feedback (retroalimentação); a avaliação permanente; o apoio e colaboração. É possível perceber a importância das estratégias individuais e coletivas em sala de aula, e a mediação do professor como fator fundamental no processo inclusivo. Sassaky (2005) afirma que, a metodologia é fundamental no processo de realizar uma educação inclusiva, abordando o seguinte conceito sobre acessibilidade metodológica explicando que:

Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc) (SASSAKY, 2005 p.23).

Neste sentido, percebemos que as adaptações curriculares podem contribuir para que a escola seja o espaço de construção do processo inclusivo e democrático. As adequações curriculares são determinadas através das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Neste entendimento, um currículo dinâmico, alternável, passível de ampliação é fundamental para que todos sejam atendidos (BRASIL, 1999). É importante destacar a preparação e a dedicação do corpo escolar, o apoio e o uso de recursos especializados necessários, as adequações curriculares e de acesso ao currículo. Desta forma, os alunos com necessidades educacionais especiais têm a oportunidade de integrar o ambiente escolar de modo pleno e favorável.

As adequações curriculares refletem a interação entre as necessidades dos alunos e as soluções que devem ser desenvolvidas. Os serviços e situações especiais destinados aos alunos devem ocorrer de em ambientes pouco restritos com maior antecedência possível, para que se tornem cada vez mais comuns e favoreçam o maior número possível de alunos como podemos verificar:

As necessidades especiais revelam que tipos de ajuda, diferentes dos usuais, são requeridos, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adequação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer (BRASIL, 1999, p. 35).

No processo inclusivo, o currículo torna-se uma ferramenta que beneficia o desenvolvimento dos alunos. As alterações menos significativas são as mais utilizadas nas escolas, visto que são facilmente construídas pelos professores, a partir de pequenos ajustes dentro de seu planejamento. Jacobsen (2010) aponta que, a acessibilidade ao currículo faz com que a escola cumpra sua ação política e pedagógica. Este processo auxilia na transmissão dos conhecimentos repassados pela sociedade dentro de seu contexto histórico. A autora ressalta que, o termo “adaptar” é insuficiente se tratando das práticas escolares, visto que a necessidade em modificar o cotidiano escolar é a condição para que o acesso ao currículo seja garantido.

Neste pressuposto, quando a educação inclusiva é implementada de forma correta imediatamente as escolas regulares se transformam em unidades inclusivas, enquanto as escolas especiais vão se tornando centros de apoio e capacitação para professores, profissionais e demais componentes dos sistemas escolares” (SASSAKI, 2005, p.22). Isto denota, que a inclusão deve ser promovida constantemente. Uma das formas podem ser as adequações curriculares não significativas, que são ajustadas devido às condições e necessidades individuais dos alunos, favorecendo sua permanência no convívio escolar.

Adequações Curriculares de pequeno porte (não significativas)

As adequações de pequeno porte devem ser realizadas pelo professor, objetivando diferenciar os métodos de ensino, para que os alunos que possuam alguma restrição ou necessidade individual sejam considerados no seu planejamento. São denominadas também como não significativas, por serem pequenas adaptações feitas particularmente pelo professor, e estas não têm necessidade de autorização de instâncias superiores ligadas nas áreas política, administrativa, e/ou técnica. (BRASIL, 2000).

Dalonso (2017) enfatiza que, estas adaptações devem ser realizadas nos objetivos, nos conteúdos, no método de ensino, na organização didática, no processo de avaliação e na temporalidade do processo de ensino aprendizagem. Ao identificar a realidade do aluno, o professor elabora um plano com prioridade de objetivos, levando em consideração quais conteúdos devem ter prioridade e quais recursos didáticos alternativos são necessários. Com os objetivos definidos, o professor vai realizando alterações e flexibilizando os conteúdos, para que a aula seja adaptada e garanta as condições de aprendizagem para o aluno. O método de aplicação também é relevante, pois irá definir como cada estudante irá interagir durante o processo, evidenciando as potencialidades de cada aluno. Este tipo de ação pedagógica deve ser ajustado através da seleção do material, da reflexão, diversificação das técnicas e da organização didática.

Estas adequações de pequeno porte, pode ser organizativas sendo caracterizadas pela organização de agrupamentos, organização didática e a organização do espaço. Relativas aos objetivos e conteúdos, com a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, priorização de tipos de conteúdos e priorização de objetivos, pela sequenciação e eliminação de conteúdos secundários. Podem ser avaliativas, através da adequação de técnicas e instrumentos e na modificação de técnicas e instrumentos (BRASIL, 1999).

Em síntese, as adequações de pequeno porte também são estruturadas nos procedimentos didáticos e nas atividades, com a modificação de procedimentos, na introdução de atividades alternativas às previstas, introdução de atividades complementares às previstas, modificação do nível de complexidade das atividades, eliminando componentes, sequenciando a tarefa, facilitando planos de ação através da adaptação dos materiais, na modificação da seleção dos materiais previstos. E por fim na temporalidade, sendo definida pela modificação da temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos (BRASIL, 1999).

Ao compreender as adequações de pequeno porte (não significativas), percebemos a relevância do papel do professor no processo de inclusão escolar. Visto que, as adequações individualizadas potencializam o processo de aprendizagem e favorecem a adaptação de alunos com necessidades especiais. É válido considerar que as adaptações de pequeno porte promovem a inclusão, ao mesmo tempo devem ser encaminhadas conjuntamente com as adaptações de grande porte (significativas), que desempenham a função imprescindível no acesso a escolarização para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Adequações Curriculares de grande porte (significativas)

As adequações de grande porte também conhecidas como adaptações significativas, favorecem a identificação das necessidades e a elaboração de ajustes que auxiliam o processo de ingresso, inclusão, participação e permanência de todos os indivíduos na sociedade. Estas adaptações estão ligadas a decisões de ações técnico-político-administrativas, representadas formalmente por órgãos superiores da Administração Educacional Pública. Portanto, não são ações específicas promovidas pelo professor (DALONSO, 2017).

De acordo com (BRASIL, 2000) as Secretarias Municipais de Educação em conjunto com as unidades escolares têm como objetivo caracterizar e mapear o público com necessidades de adequações, sendo responsável por planejar e implantar o que deve ser modificado, reestruturando a funcionalidade da escolar através de propostas curriculares flexíveis. As mudanças propostas devem ser categorizadas de acordo as prioridades definidas em planejamentos de curto, médio e longo prazo.

As alterações de grande porte (significativas) são realizadas por elementos curriculares em modalidades adaptativas. Também por objetivos, através da eliminação de objetivos básicos e pela introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos. Pelos conteúdos, através da introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos e da eliminação de conteúdos básicos do currículo. É relevante destacar a metodologia e organização didática, que promovem a introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e aprendizagem, na organização, e introdução de recursos específicos de acesso ao currículo. A avaliação pode ser adaptada pela introdução de critérios específicos de avaliação, eliminação de critérios gerais de avaliação, adaptações de critérios regulares de avaliação e modificação dos critérios de promoção. Na temporalidade é possível realizar o prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno no mesmo nível de ensino, com a retenção na mesma série (BRASIL, 1999).

Evidentemente as adaptações do currículo exigem a participação de uma equipe educacional especializada e órgãos públicos competentes, que organizam as modificações, para que não apenas os alunos da modalidade de Educação Especial sejam considerados neste processo, mas, promovendo que todos os alunos tenham suas individualidades consideradas. Assim, como cada disciplina específica do currículo tenha possibilidades de flexibilizar e alterar o que for necessário para consolidar a educação inclusiva.

A geografia e o processo de ensino aprendizagem na educação inclusiva

Durante a formação do professor de Geografia na universidade, a temática sobre educação inclusiva é ainda tímida. À medida que identificamos a necessidade de que todos os alunos devem fazer parte da vida escolar e que a diversidade oferece maior oportunidade de aprendizagem, se verifica que a educação inclusiva não é caracterizada apenas em trabalhar com alunos diagnosticados ou laudados. A interação, que valoriza a diferença de aprendizagem individual, constitui um “novo princípio educacional” buscando valorizar a heterogeneidade (BEYER, 2006). A própria formação acadêmica, não acompanhou a realidade escolar desde que as práticas de inclusão foram realizadas. Neste intuito, é de suma importância estender este debate para as disciplinas específicas, oferecendo aos alunos as adaptações para que todos possam ser respeitados diante da inclusão.

No contexto da formação acadêmica nas instituições de ensino superior, Fonseca, Salvi e Torres (2015) avaliam que o debate sobre a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais não está incluído no currículo das licenciaturas em Geografia, evidenciando que o professor de Geografia formado, vai se deparar com as situações que necessitem maiores preparos no quesito de praticar a inclusão somente no ambiente de regência. Precisamos lidar com a complexidade do tema e promover uma formação gradativa, sendo integrada em ações de pesquisa e extensão.

A mudança no sistema de ensino está atrelada a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, e isto promove no professor a busca por novos conhecimentos e habilidades, que vão estabelecendo a inclusão como afirma Ferreira (2006, p.321):

O processo de mudança da pedagogia tradicional (leitura, cópia, exercícios no caderno ou livro etc) para uma pedagogia inclusiva, pouco a pouco transforma o docente em pesquisador de sua prática pedagógica, pois a nova dinâmica de ensino faz com que adquira habilidades para refletir sobre sua docência e aperfeiçoá-la continuamente. O docente aprende a reconhecer o valor e a importância do trabalho colaborativo e da troca de experiências com seus colegas professores, os quais podem contribuir de forma sistemática sobre novas formas de ensinar, de lidar com “velhos” problemas e de se desenvolver profissionalmente.

Nesta perspectiva a educação é emancipadora, pois favorece a vida social, familiar, profissional e outras. A escola deve oferecer a todos os alunos as condições para que a convivência com as diferenças, mostre a todos que isto possibilita o entendimento do mundo em que vivemos. “As práticas escolares inclusivas, por serem emancipadoras, reconduzem os alunos “diferentes”, entre os quais os que têm uma deficiência, ao lugar do saber, de que foram excluídos, na escola ou fora dela” (MANTOAN, 2006, p. 207).

Callai (2005) considera importante estruturar as aulas através dos problemas cotidianos, favorecendo a leitura e a representação do espaço, podendo ser abordadas discussões sobre a questão social, assim como as específicas da geografia. “A leitura do espaço permite que se faça o aprender da leitura da palavra, aprendendo a ler o mundo (CALLAI, 2005, p.234)”. Em nosso entendimento a Geografia promove a dinâmica da aprendizagem, considerando que esta disciplina contribui para que a inclusão seja efetivada.

Cavalcanti (2002) considera que a Geografia promove a reflexão dos alunos para os objetos de conhecimento. O ensino mediado pelo professor promove o conhecimento de forma interdependente. Assim, o aluno se torna autônomo no processo de pensar e raciocinar, potencializando a formação do pensamento crítico e a compreensão de sua realidade. O professor favorece a formação intelectual, social e cultural dos alunos, demonstrando as inter-relações que ocorrem em seu entorno. O ensino de Geografia deve ser aplicado de forma que o aluno, independente de sua condição física e intelectual, consiga se posicionar e perceber sua realidade, evidenciando que os conceitos, categorias e teorias que promovem a condição científica na Geografia seja transmutada para o aprendizado geográfico.

Kaercher (2002) destaca que a escola e a Geografia devem estar vinculadas a formar valores, combatendo as injustiças sociais e buscando a construção do reconhecimento como formadores de uma consciência social e se incluir como sujeitos ativos na organização e busca para a garantia da cidadania. Todos devem reconhecer seu papel no processo de promover uma Escola para todos. Ler o mundo é fundamental de acordo com Callai (2005), pois, este é o princípio para o exercício da cidadania. O papel da geografia na escola é caracterizado pela leitura do espaço, refletindo sobre as modificações que estão constantemente acontecendo. Esta leitura não é simplesmente técnica ou teórica, mas deve ser realizada ao fazer a leitura do mundo da vida. Este entendimento incorpora a natureza e a sociedade (culturais, políticos, econômicos). Através da geografia somos capacitados a refletir e pensar sobre o espaço.

Leite e Brito (2018) apontam que ao ministrar as aulas de Geografia, é muito importante explicar sobre o objetivo da aula e quais materiais serão utilizados para que o aluno consiga se organizar. Planejar atividades curtas e objetivas promovem a concentração e despertam o interesse dos alunos. Como sugestão, são interessantes as atividades que utilizem materiais concretos, como: o globo terrestre, a construção de maquetes e de mapas individuais. Com a finalidade de o aluno materializar a realidade através da reflexão, codificação, leitura e representação. Outra possibilidade de prática de ensino são as aulas externas, podendo ser realizadas nas mediações da escola para relacionar algum tema do livro e assim remeter a teoria com a sua própria realidade. Ou também em atividades realizadas no pátio da escola, através de dinâmicas ou jogos. Estas atividades promovem maior interesse e estimulam a curiosidade dos alunos. Atividades ou aulas com imagens são bem vindas para que os alunos exercitem a observação da paisagem, a identificação de seus elementos e assim percebam a dinâmica do espaço geográfico.

Leite e Brito (2018) apresentam em sua pesquisa que, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) favorecem muito o aprendizado de alunos com transtornos

de aprendizagem, pois os alunos conseguem se manter concentrados por um tempo maior e interagem mais com o professor e com a classe. O uso das TICs nas aulas pode ser realizados de várias maneiras através de computadores, da navegação na internet, dos laptops em sala de aula, jogos, data show, entre outros. Diante do fluxo e da dinâmica das informações as TICs facilitam o uso de materiais atualizados e que abordem o cotidiano dos alunos. O professor pode inserir outras metodologias, promovendo o ensino híbrido, em que o aluno realiza algumas atividades presencialmente em sala de aula e outras sobre o mesmo tema de forma online, isto facilita a troca de informações em sala de aula e incentiva a autonomia dos alunos durante o processo de aprendizagem. Este método inclui duas metodologias que ao se complementarem exercitam diferentes habilidades.

Callai (2005, p. 245) relata sobre a importância em desenvolver a análise espacial para capacitar os alunos na leitura de sua realidade enfatizando que:

Essas habilidades são adquiridas a partir da exercitação continuada em desenvolver a lateralidade, a orientação, o sentido de referência em relação a si próprio e em relação aos outros, além do significado de distância e de tamanhos. Elas podem ser simplesmente exercitadas, procurando-se alcançar o seu domínio. Mas o que nos interessa não é simplesmente ter domínios, que o capacitem a viver no mundo, é claro, mas poder, por meio dessa exercitação, dar conta de aprender a ler e viver o mundo. Aprender a pensar e reconhecer o espaço vivido. Não simplesmente como espaço que pode ser neutro, ou estranho a si próprio, mas pensar um espaço no sentido de se apropriar das capacidades que lhe permitirão compreender o mundo, reconhecer a sua força, e a força do lugar em que vive. Aprender para viver, mas aprendendo a buscar a transformação capaz de tornar o espaço mais justo, pelo acesso aos bens do mundo e da vida. Aprender a construir a sua cidadania.

Quanto mais diversificadas forem as aulas e quanto melhor forem definidos os objetivos após a realização de adequações curriculares de pequeno porte (não significativas), melhor será o desenvolvimento dos alunos que apresentam transtornos de aprendizagem. É válido deixar claro que as adaptações de grande porte (significativas) são muito importantes, por se tratarem de mudanças que provem maior qualidade de vida dentro do ambiente escolar para os estudantes com necessidades educacionais especiais. Evidentemente, percebemos que para garantir uma escola inclusiva são necessários muitos esforços, mas a medida em que se realizam toda sociedade é beneficiada.

Conclusões

O avanço da legislação e o entendimento sobre como promover a inclusão na escola, garantiram avanços tanto de cunho institucional como social. Na perspectiva da Política Nacional de Educação Especial (2008), que trata da Educação Inclusiva o documento define que as escolas devem ofertar atendimento educacional especializado em todas as etapas e níveis de ensino, facilitando o acesso de todos, através da rede pública de ensino. É importante ressaltar que, os alunos com Transtorno de Aprendizagem não estão incluídos dentro da política nacional de educação de inclusiva. O seu acesso dentro das escolas regulares nas salas de recursos e/ou atendimentos educacionais especializados não é garantido, portanto este grupo de aluno está excluído na perspectiva da educação inclusiva. Contudo, no Estado do Paraná, o atendimento educacional especializado abrange os casos de transtornos de origem neurológica, denominados de Transtornos Funcionais Específicos, incluindo os alunos com Distúrbios de aprendizagem (Dislexia, Disortografia, Disgrafia e Discalculia) e Transtorno do déficit de atenção e Hiperatividade (TDAH).

Um dos fatores contraproducentes da pesquisa está atrelado a constatação de existem poucos estudos sobre a Educação Inclusiva no âmbito das disciplinas específicas, como é também o caso da Geografia. Mesmo que as resoluções e normativas estejam disponíveis, ainda é necessário que as práticas sejam divulgadas. Pois, muitas vezes a escola e o professor precisam iniciar um trabalho sem o conhecimento prévio sobre a educação inclusiva, normalmente ocasionado pela necessidade encontrada no momento da regência,

momento em que ocorre o encontro com os alunos que apresentam transtornos de aprendizagem, o que torna o trabalho mais dificultoso e que passa por diversas fases entre erros e acertos. Neste sentido, foi possível conferir que as adaptações de pequeno e grande porte se tornam meios de promover o direito de aprender, e que quando colocadas em prática da forma adequada possibilitam a prática da inclusão para todos alunos, apresentando necessidades de aprendizagem especiais ou não.

A disciplina geográfica favorece o desenvolvimento da observação e da descrição do entorno dos alunos, assim como de outras habilidades cotidianas. Por isto, o conhecimento geográfico deve apresentando através de uma gama de recursos e metodologias, tendo como principal objetivo ser um instrumento da construção e da leitura de um mundo que inclui e aceita a todos. Construindo a cidadania e buscando sempre extrapolar as paredes da sala de aula, para que o aluno mude o paradigma excludente e transforme suas ações a partir do entendimento de que somos todos diferentes, mas que o respeito aos nossos direitos e necessidades devem ser iguais.

Referências Bibliográficas

BEYER, H. O. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar?** Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. 2006, p. 85, 86.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

_____. **Educar na diversidade: material de formação docente/** Cynthia Duk- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____. MEC. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Vol. 2. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB n.017/2001

_____. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola:** Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEE, 2000.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP; 1999.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial**. – Brasília : MEC / SEF/SEESP, 1998.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CAVALCANTI, L. DE S. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CEREZUELA, C. **Transtornos funcionais específicos da aprendizagem e o atendimento educacional especializado no Estado do Paraná**. Universidade Estadual de Maringá, 2018. (Não publicado).

DALONSO. A. L. G. Adequações curriculares: eis-me aqui, nasci, logo existo! **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, mai-ago, 2017.

FERREIRA, W. B. Educar na Diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: **Ensaio pedagógico**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FONSECA, R. L. F.; SALVI, R. F.; TORRES, E. C.; **A adequação curricular da Geografia escolar para a educação especial.** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Ensenanzadelageografia/Desempenoprofesional/14.pdf>. Acesso em: 24/09/2018

JACOBSEN, C. C. Ensino especial e ensino comum: uma parceria para a acessibilidade ao currículo. XX f. **Caderno Temático** (Produção Didático Pedagógica) – Secretaria de Estado da Educação, Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Nerli Nonato Ribeiro Mori. Maringá – PR, 2010.

KAERCHER, N. A. O gato comeu a Geografia crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino aprendizagem de Geografia (p. 221-231) In: PONTUSCHKA, Nídia (org.) **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN) nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996.

LEITE, L.S.; BRITO, A.S.L. As possibilidades de aprendizagem de geografia para alunos com Transtorno de Déficit De Atenção E hiperatividade (TDAH). **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 15, p. 198-215, jan./jun., 2018.

MANTOAN, M. T. E. (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: **Ensaio pedagógico**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ROQUEJANI, T. C. **O ensino de geografia com adequações curriculares em salas inclusivas do ensino fundamental**: anos finais / Ticiano Couto Roquejani, 2018 214 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2018.